**Tendências da Cooperação Norte-Sul no Campo das Mudanças Climáticas**

**aba APRESENTAÇÃO**

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de pós-doutorado, realizada junto ao Departamento de Política Científica e Tecnológica da UNICAMP e financiada pela FAPESP. Nosso objetivo era analisar as principais tendências da ajuda externa ao desenvolvimento dirigida aos países do chamado Terceiro Mundo para fazer frente à crise ambiental contemporânea - e, mais especificamente, às mudanças climáticas.

**aba SUMÁRIO EXECUTIVO**

**Resumo**

A pesquisa procura identificar as principais tendências da ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) que tem sido destinada aos países do chamado Terceiro Mundo para fazer frente à crise ambiental contemporânea e, mais especificamente, às mudanças climáticas. Para isso, optamos por adotar uma perspectiva crítica e multidisciplinar, ancorada nos estudos sobre cooperação internacional, ecologia política e justiça ambiental global.

Buscamos averiguar em que medida a modalidade de auxílio em questão reflete, ou não, a tradicional assimetria de poder e de interesses existente na cooperação oficial Norte-Sul, e se acaso tende a repetir, também no que toca à problemática do clima, os problemas e desigualdades de costume.

O trabalho foi realizado entre março/2010 e março/2012. As informações foram coletadas de fontes primárias e secundárias (bancos de dados, artigos, *websites*, entrevistas, documentos oficiais, correspondências, etc), e a análise e discussão subsequentes resultaram num texto de cerca de 120 páginas, o qual está dividido em quatro partes, ou seções.

Leia mais.

Na primeira parte do trabalho, apresentamos as perspectivas teóricas e as categorias analíticas em torno das quais a pesquisa estruturou-se. Na segunda parte, focalizamos o estado atual da cooperação para o desenvolvimento, tanto sob o ponto de vista da prática institucional reinante, como do debate político que se trava a seu respeito. Na terceira parte, traçamos um perfil da cooperação de cunho ambiental e, mais particularmente, daquela voltada para as mudanças climáticas. Finalmente, na quarta parte, a título de ilustração, examinamos três projetos de cooperação custeados no Brasil por organismos multi ou bilaterais, entre 1998 e 2008, que tinham as mudanças climáticas como objetivo principal.

Esses projetos são avaliados a partir de alguns dos princípios normativos que têm sido propostos, de forma mais recorrente, para guiar as políticas de financiamento climático, dentre os quais destacam-se: 1) a **eficiência**, ou seja, sua adequação e relevância para solucionar os problemas que abordam; 2) a **equidade**, isto é, como são concebidos e implementados, em termos da alocação de custos, benefícios, riscos e responsabilidades entre países e atores; e 3) a **transparência**,ou seja, até que ponto são mensurados, reportados e verificados, com completude e precisão, os fluxos de financiamento transferidos do Norte para o Sul.

Os resultados da pesquisa corroboram algumas das principais críticas imputadas ao campo da cooperação ambiental: o descolamento entre discurso e prática, a falta de *accountability* e de transparência pública, a ênfase em perspectivas econômicas e soluções de mercado, e a manutenção de certas hierarquias e desigualdades já preexistentes, quando se trata de distribuir papeis, direitos e deveres entre os atores envolvidos.

**aba SUMÁRIO EXECUTIVO**

**Pivôs conceituais**

A partir da década de 1990, as estratégias de ajuda ao desenvolvimento adotadas pelos principais países doadores passaram por um importante processo de redefinição, processo este impulsionado por mudanças radicais na economia e na geopolítica globais. Dentre os novos discursos que passaram a circular no campo da cooperação Norte-Sul, ganhou especial relevo o paradigma do desenvolvimento sustentável, apresentado pelos atores dominantes como uma abordagem conciliatória que, ao mesmo tempo em que promove o desenvolvimento econômico, é igualmente capaz de responder à crescente crise ambiental. Por volta dessa mesma época, questões relativas às aparentes alterações no clima terrestre também tiveram seu lugar consolidado na agenda política internacional.

Leia mais.

Esses fatos evidenciam-se através de dois acontecimentos em particular: 1) a criação do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC, na sigla em inglês), em 1988; e 2) a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), tratado redigido e assinado por 154 países durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que realizou-se no Rio de Janeiro em 1992.

A intenção desta pesquisa é verificar como tais desdobramentos traduziram-se no campo da ajuda externa, ou seja: de que modo a cooperação oficial Norte-Sul, uma das práticas nucleares das relações internacionais no período do pós-guerra, foi obrigada a responder a essa mudança de paradigmas, na qual ideologias e práticas, até então centradas em objetivos de crescimento econômico e produtividade, viram-se confrontadas por exigências de preservação ambiental e de precaução em relação ao futuro, tendo em vista a viabilidade ecológica do planeta. Mais especificamente, a pesquisa examina como a problemática do aquecimento global foi incorporada aos objetivos da ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD), e em que medida essa modalidade particular de auxílio – denominada **financiamento climático** – tende, ou não, a refletir os problemas distributivos de costume, no que toca à questão do clima, e a reproduzir a tradicional assimetria de poder, e de interesses, característica das iniciativas de cooperação direcionadas pelos países centrais àqueles periféricos.

Para efeito de delimitação conceitual, o financiamento climático abordado neste estudo consiste na transferência de recursos financeiros, seja sob a forma de subvenções plenas ou de empréstimos subsidiados, realizada pelos governos dos países desenvolvidos no intuito de auxiliar os países em desenvolvimento a cumprirem duas tarefas consideradas urgentes e necessárias: 1) adaptarem-se àqueles impactos das mudanças climáticas tidos como inevitáveis (processo denominado **adaptação**); b) reduzirem suas emissões de gás de efeito estufa (processo conhecido como **mitigação**), adotando trajetórias de desenvolvimento limpo. Não serão considerados aqui outros tipos de financiamento climático Norte-Sul, como aqueles oriundos do capital privado, ou obtidos através do mercado de créditos de carbono, ou ainda a compensação financeira recebida como resultado da adesão ao REDD (Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação florestal, ou REDD, na sigla em inglês).

O elemento-chave na definição de financiamento climático é que *seu objetivo principal*, explicitamente declarado, ou então *um de seus resultados mais importantes* deve ser a mitigação ou a adaptação (por exemplo, o sequestro ou redução das emissões de gases de efeito estufa [GEE], ou a diminuição da vulnerabilidade de populações afetadas pelas mudanças climáticas).

**aba SUMÁRIO EXECUTIVO**

**Pivôs conceituais (continuação, logo depois do “Leia mais” anterior)**

Sendo assim, na primeira parte do trabalho, além de situar a problemática, e de proceder a um recorte que demarca os propósitos da pesquisa, apresentamos também, em grandes linhas, as perspectivas teóricas e as categorias analíticas que nos serviram como base. São elas: a dicotomia Norte-Sul; a cooperação internacional (ou ajuda externa); a ecologia política; e a noção de justiça ambiental global. Cada uma destas lentes, que julgamos essenciais na abordagem do problema estudado, torna-se objeto de uma breve incursão introdutória.

**aba SUMÁRIO EXECUTIVO**

**A cooperação internacional para o desenvolvimento: percursos e controvérsias**

Nesta segunda seção, revisitamos os principais rumos e percalços dos discursos contemporâneos sobre cooperação internacional e desenvolvimento, originados após a Segunda Guerra Mundial, e buscamos demonstrar o formidável descolamento existente entre as promessas oficiais, feitas pelos países doadores, e a realidade dos fatos no terreno. Recordamos ainda como não apenas a utilidade da ajuda externa, mas o próprio conceito de desenvolvimento - fruto, em grande parte, de modelos produzidos e disseminados (quando não impostos) pelas instituições bilaterais e multilaterais responsáveis pela cooperação - têm sido, ambos, sistematicamente interrogados, e colocados em disputa por outros atores do campo.

**aba SUMÁRIO EXECUTIVO**

**A cooperação Norte-Sul na esfera ambiental: belas (e evasivas) promessas**

Na terceira seção, situamos a questão do financiamento climático no âmbito da cooperação Norte-Sul para o meio ambiente, e oferecemos uma síntese dos principais problemas que têm sido apontados neste tipo de intercâmbio internacional. A primeira pergunta que se impõe é: até que ponto a ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD) tem efetivamente incorporado a problemática ambiental às suas estratégias e processos de planejamento? Quão significativo tem sido o volume dos aportes feitos, sua frequência e efetividade? Quais são os principais destinatários da “ajuda externa verde” – serão, por acaso, os países mais necessitados?

Quanto à mudança do clima, em particular, muito se tem falado sobre a importância e a urgência de aportes monetários complementares à AOD, para financiar atividades de mitigação e de adaptação nos países em desenvolvimento. Constatamos, porém, que existe aí um longo caminho a ser percorrido, seja para o cumprimento das promessas feitas e das metas estabelecidas, seja para o atendimento das necessidades instaladas. Na esfera ambiental, talvez de maneira ainda mais aguda do que no campo do desenvolvimento tradicional, a ajuda externa é feita muito mais de acordos e declarações formais do que de realizações concretas, adequadamente monitoradas, reportadas e verificadas.

**aba SUMÁRIO EXECUTIVO**

**O financiamento climático sob a ótica da justiça ambiental global: três casos brasileiros**

Na quarta e última parte, o trabalho traça um perfil de três iniciativas de financiamento climático implementadas no Brasil, segundo informações oficiais disponíveis em bancos de dados especializados, no período compreendido entre 1998 e 2008.

A primeira delas é um estudo sobre o impacto das mudanças climáticas no Brasil, sob o ponto de vista econômico, o qual foi custeado pelo Department for International Development - DFID, a agência de cooperação britânica, em 2007.

A segunda instância de financiamento climático, declarada como tal pela Agencia Española de Cooperación Internacional para el Desarrollo – AECID, consiste num projeto, aprovado em 2007, para a integração de questões socioambientais nas estratégias brasileiras de combate às mudanças climáticas.

Por fim, a terceira iniciativa de financiamento escolhida para análise é o projeto do ônibus a hidrogênio, co-financiado pelo Global Environmental Facility (GEF), organismo multilateral de cooperação na área de meio ambiente, em associação com um grupo de parceiros nacionais e estrangeiros, entre 1997 e 2010.

Leia mais.

Para identificar todas as concessões de financiamento climático que os países doadores declararam ter dirigido ao Brasil durante o período escolhido (1998 – 2008), conduzimos uma busca cruzada entre os bancos de dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico – OCDE e da plataforma AidData (que é o maior e mais completo banco de dados sobre auxílio ao desenvolvimento, recentemente disponibilizado para consulta pública).

Foram encontrados 37 itens, indicando financiamentos supostamente dispensados por sete agências bilaterais de cooperação (Alemanha, Áustria, Canadá, Espanha, Estados Unidos, Noruega e Reino Unido) e uma agência multilateral (o GEF). Os três casos selecionados para servirem como amostra foram retirados deste universo.

Lista de projetos - AOD declarada como financiamento climático (1998-2008)

Nossa finalidade, ao discutir estes exemplos, é confrontar as justificativas e os objetivos de cada um deles com seus resultados, seu alcance e relevância, em termos das necessidades globais e domésticas tidas como mais prementes (tanto pelos próprios acordos de cooperação internacional já firmados, no campo das mudanças climáticas, como por atores locais em situação de vulnerabilidade). Isto é: avaliar quão **eficientes** são essas iniciativas, para a resolução dos problemas identificados; quão **transparentes**, e **equânimes** também, na distribuição dos ônus, benefícios, riscos e responsabilidades, entre países e atores, no enfrentamento das causas e consequências da mudança do clima.

**aba PESQUISAS SEMELHANTES**

# More dollars than sense: refining our knowledge of development finance using AidData.

Michael J. Tierney, Daniel L. Nielson, Darren G. Hawkins, J. Timmons Roberts, Michael G. Findley, Ryan M. Powers, Bradley Parks, Sven E. Wilson e Robert L. Hicks (Nov. 2011)

http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X1100204X

Neste ensaio, os autores apresentam um novo banco de dados sobre ajuda oficial ao desenvolvimento (AOD), intitulado AidData, o qual contempla maior número de doadores bilaterais e multilaterais do que os outros bancos de dados já existentes, ao mesmo tempo em que aprofunda informações, no nível dos projetos, sobre os objetivos e atividades que são financiados pela ajuda externa. Estes dados são utilizados para oferecer uma visão geral de certas tendências importantes na cooperação internacional. Alguns dos temas discutidos são: transparência, “novos doadores” (não descritos ou analisados previamente), alocação e eficácia da ajuda externa. A tese do artigo é que as pesquisas atualmente conduzidas com o auxílio do AidData vêm refinar, ao invés de revolucionar, a compreensão deste campo. Os autores consideram que atualmente os debates sobre AOD são respaldados por pouca informação, e que as afirmações feitas tendem a basear-se em evidências muito limitadas ou fracas. A ajuda externa não é uma solução simples, mas tampouco é causa suficiente da maioria dos problemas dos países em desenvolvimento; suas motivações, sua distribuição e seus efeitos são complexos e cambiantes. Capturar essa complexidade requer conjuntos de dados bem detalhados, análise rigorosa e métodos sofisticados, que permitam aos pesquisadores realizar inferências causais e descritivas sobre os fenômenos estudados.

# Has foreign aid been greened?

J. Timmons Roberts, Bradley C. Parks, Michael J. Tierney & Robert L. Hicks (Ago. 2010)

http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.3200/ENVT.51.1.8-21

Os países em desenvolvimento afirmam que não podem, e não devem , arcar com os custos envolvidos na proteção ambiental, uma vez que as nações industrializadas só puderam alcançar altos padrões de vida graças a um longo processo de industrialização intensivo em recursos naturais e destruidor do meio ambiente - e que agora teria chegado a vez dos países do Sul global seguirem essa via, ao industrializarem-se também. Durante a Rio-92, os países ricos comprometeram-se a aumentar substancialmente seus aportes destinados à cooperação ambiental (*green aid*) nos países pobres; estes últimos temiam, entretanto, que um incremento nessa área acabasse por suplantar a ajuda externa direcionada às necessidades humanas básicas e ao desenvolvimento econômico, tidos como mais prementes. Considerando que as promessas de “ajuda verde” são sistematicamente reiteradas, cabe perguntar em que medida os países doadores têm efetivamente honrado os compromissos que assumiram. Até que ponto as agências bilaterais, os organismos multilaterais e os bancos regionais de fomento efetivamente “ecologizaram” sua ajuda externa? Os autores discorrem sobre como, até recentemente, era difícil, se não impossível, responder a essas questões, devido à falta de informações estatísticas padronizadas e confiáveis sobre ajuda externa. Essa falta estaria sendo suprida atualmente pelo banco de dados PLAID.

# Environmental aid and economic development in the Third World.

B. Mak Arvin, Zafar Kayani & Marisa A. Scigliano (2009)

http://www.usc.es/~economet/reviews/ijaeqs911.pdf

As mudanças climáticas exercem um impacto profundo sobre o planeta, especialmente nos países em desenvolvimento, como destaca o Relatório Stern, feito para o governo britânico em 2006. Uma das soluções para mitigar a degradação ambiental e obter melhores resultados parece ser através do oferecimento de ajuda externa aos países pobres. Utilizando novos dados, disponíveis através do banco de dados PLAID (Project-Level Aid), o artigo indaga o que determina o nível de cooperação ambiental dispensada aos países em desenvolvimento - e em especial, se essa assistência é influenciada pelo grau de desenvolvimento econômico do país destinatário. Ao mesmo tempo, os autores investigam se o desenvolvimento econômico é afetado pelo recebimento de AOD ambiental. Implícita na segunda questão, é claro, está a ideia de que, além de visar resultados ecológicos, a cooperação ambiental também possui potencial para aumentar a prosperidade econômica dos países pobres.

# Dinâmicas de conhecimento na cooperação internacional para o meio ambiente: uma análise do ônibus movido a hidrogênio no Brasil com recursos do Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF)

Nicole Aguilar Gayard

http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/466

No contexto de crescentes preocupações com a dimensão ambiental na agenda política global, tem havido um aumento de iniciativas de cooperação internacional voltadas para esta temática. O Fundo para o Meio Ambiente Mundial (GEF), criado em 1991, constitui um organismo multilateral, cujos financiamentos destinam-se a projetos para a proteção do meio ambiente global, realizados em países em desenvolvimento. A proposta do GEF se enquadra no âmbito das assimetrias Norte-Sul para gerir os problemas ambientais, consistindo em um instrumento de auxílio aos países com menos recursos para participar na prevenção de problemas ambientais globais. A pesquisa examina as dinâmicas de conhecimento envolvidas neste padrão de cooperação. Com base no referencial teórico do neofuncionalismo nas relações internacionais, discute-se o papel central que formas de *expertise* adquiriram na realização da cooperação internacional em geral, e mais especificamente, nas iniciativas voltadas ao meio ambiente, tendo sido incorporadas na estrutura das principais agências multilaterais de cooperação. A importância da *expertise* no estabelecimento de padrões e políticas ambientais é contraposta por abordagens - como os Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia e a Teoria Cultural do Risco - que questionam a aparente neutralidade do conhecimento científico neste processo. Assim, argumenta-se que o maior nível de capacidades científicas e tecnológicas no Norte permite que este tenha uma posição privilegiada no momento de definir as políticas e opções de cooperação para o meio ambiente. Este referencial é utilizado para analisar um projeto de cooperação realizado no Brasil com recursos do GEF, para o desenvolvimento e teste de um protótipo de ônibus movido a hidrogênio. Foi possível concluir, com base neste projeto, que alternativas tecnológicas constituem um dos focos da cooperação internacional para o meio ambiente, e que a realização dos projetos permanece fortemente centrada na participação de *experts*. Por outro lado, promove-se a disseminação do uso de tecnologias e de conhecimentos associados a modelos de gestão ambiental, mas perpetua-se a dependência de tecnologias dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Além disso, a participação do Sul na definição de agendas ambientais permanece prejudicada.

# Coding error or statistical embellishment? The political economy of reporting climate aid.

Axel Michaelowa e Katharina Michaelowa (Out. 2011)

http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X11001951

De maneira a beneficiar-se do apoio popular, bastante difundido atualmente, no que diz respeito às políticas climáticas, as agências de cooperação internacional esforçam-se para demonstrar a importância desse tema em suas atividades de ajuda ao desenvolvimento. Os autores do artigo procuram verificar se esse fato pode levar a falsas declarações oficiais, politicamente motivadas; para isso, usam os dados disponíveis sobre os projetos de AOD em geral, e sobre a política nacional de 21 países doadores do CAD, de 1995 a 2007. Através da busca por determinadas palavras-chave nas descrições dos projetos individuais, e codificação manual complementar, todas as atividades ditas de ‘financiamento climático’ são avaliadas quanto ao seu real conteúdo, e a partir daí são construídas as variáveis de controle mais relevantes. Os resultados econométricos revelam que, de fato, a codificação dos projetos é sistematicamente influenciada pela orientação ideológica dos governos doadores, assim como pelas preferências ambientais dos eleitores nacionais.

# A theory of North-South climate finance.

Johannes Urpelainen (Ago. 2010)

http://politics.as.nyu.edu/docs/IO/16188/north.pdf

As emissões de dióxido de carbono (CO2) estão crescendo rapidamente no mundo em desenvolvimento, mas apenas os países industrializados possuem recursos suficientes para financiar atividades adequadas de mitigação e de descarbonização no Sul global. Neste artigo, o autor examina a economia política do financiamento climático. Com base em pesquisas anteriores, ele desenvolve um modelo formal, incluindo as três principais questões que envolvem este tipo de financiamento: a) os incentivos para o doador e a participação do recipiente; b) a capacitação; e c) a relação entre os financiamentos público e privado. A análise formal produz vários novos resultados. Primeiro, a capacitação de sucesso parece apontar para uma redução na necessidade de oferecer transferências diretas de renda para os beneficiários. Em segundo lugar, o financiamento privado irá dotar os doadores com incentivos para melhorar a capacitação, aumentando assim o valor do financiamento climático mais do que se pensava anteriormente. O artigo também discute as implicações empíricas e as implicações práticas, em termos de políticas públicas, desses achados.

# Development cooperation and climate change: political-economic determinants of adaptation aid.

Katharina Michaelowa e Axel Michaelowa (2011)

http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=%22aiddata%22%20econometric&source=web&cd=12&ved=0CCAQFjABOAo&url=http%3A%2F%2Fkms1.isn.ethz.ch%2Fserviceengine%2FFiles%2FISN%2F132738%2Fipublicationdocument\_singledocument%2Ff586eb41-7081-4b8f-8c85-e02e3e8aa24e%2Fen%2Fwp69.pdf&ei=7qDFTq6HJoXy0gHtweSTDw&usg=AFQjCNGHrJP-8HBJpXTAHEN6ghGWzIJyrw&sig2=vDvHqGjH6CT6TAFOv1n-tg

Desde a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, as agências bilaterais e multilaterais enfatizam que a ajuda ao desenvolvimento tem se orientado cada vez mais para intervenções climaticamente corretas. No que toca à mitigação, estudos anteriores indicam que ela corresponde às declarações feitas pelos próprios doadores, mas que reflete-se muito pouco na alocação da ajuda externa. Neste artigo, os autores examinam o caso da adaptação. Através de extensiva pesquisa, feita por busca de palavras-chave e codificação manual das descrições de projetos individuais, eles criam um sistema de codificação específico para a categoria ‘adaptação’ das atividades de cooperação. Depois de agregá-las a um painel de doadores-ano, obtêm um conjunto de dados que permite testar empiricamente o efeito do processo de negociação internacional do clima e de variáveis ​​políticas, específicas dos doadores individuais, que podem refletir o desenvolvimento de preferências verdes, por parte dos eleitores, na ajuda externa alocada para a adaptação. Os autores concluem que, ao contrário da ajuda destinada à mitigação, aquela dirigida à adaptação é significantemente influenciada por esses fatores. Embora esta descoberta não esteja de acordo com a retórica dos próprios doadores, ela está bem alinhada com o foco no desenvolvimento da ajuda bilateral, o qual tende a deixar a provisão de bens públicos globais (tais como a mitigação) para outras áreas das políticas públicas, e concentra suas atividades relacionadas às mudanças climáticas naquelas especificamente relevantes para o país destinatário.

# Rhetoric versus reality: the best and worst of aid agency practices.

William Easterly e Claudia R. Williamson (Nov. 2011)

http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X11002026

Os críticos da ajuda externa, assim como os seus defensores, os países recipientes e os doadores têm produzido uma retórica eloquente sobre a necessidade de melhores práticas de cooperação – mas será que isso vem se tornando realidade? Este artigo tenta monitorar o melhor e o pior nas práticas de cooperação das agências bilaterais, multilaterais e da ONU. Os autores criaram medidas de avaliação para as práticas no campo da ajuda externa, baseadas na transparência, na especialização, na seletividade, em canais de assistência tidos como ineficazes, e nos custos indiretos. Descobre-se, dentre outras coisas, que o desempenho médio de todas as agências - em matéria de transparência, de fragmentação e de seletividade - ainda é muito baixo.

# Contextualizing other political ecologies: Japan's environmental aid to the Philippines.

Soyeun Kim (Mar. 2012)

http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-9493.2012.00452.x/full

A ecologia política de um projeto japonês de AOD ambiental certamente não é um fenômeno simples, tal como apresentado no objetivo declarado de *"conservar o meio ambiente e seus preciosos recursos naturais"*, mas sim um assunto condicionado por forças conjunturais multiescalares. Para uma melhor compreensão deste doador não-ocidental específico, e também de outros doadores, o artigo analisa as fontes contextuais das mudanças ambientais em relação a duas questões centrais: a primeira diz respeito à forma como a agenda verde internacional é repolitizada e traduzida, tanto na prática da ajuda externa japonesa como no contexto local das Filipinas; a segunda diz respeito a como as relações de poder entre doador e recipiente (e as várias forças mais amplas que os circundam) podem levar a resultados inesperados, à medida em que o processo de cooperação se desenrola.

# Cooperação Sul-Sul e agendas de política externa em perspectiva comparada.

Carlos R.S. Milani (Abr. 2012)

http://www.iesp.uerj.br/corpo-docente/crsmilani/

A pesquisa, ainda em andamento, visa a analisar como as estratégias de Cooperação Sul-Sul (CSS) se integram nas agendas de política externa de seis países hoje considerados potências emergentes: África do Sul, Brasil, China, Índia, México e Turquia. Também chamados “*new powers*”, “grandes países periféricos” ou “*rising states*”, os países de renda média que foram selecionados para a pesquisa começam a tornar qualitativamente mais densa a sua participação no sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento, não mais apenas enquanto beneficiários, mas também como doadores. Financiam projetos e prestam cooperação técnica em áreas das mais diversas, incluindo saúde pública, educação fundamental, meio ambiente, intercâmbio universitário, educação não formal, projetos de assistência técnica, desenvolvimento agrícola, cooperação tecnológica e científica, gestão pública, bem como criação de infraestruturas. Atuam em parceria com países em desenvolvimento de diferentes regiões do mundo (África, América Latina, Oriente Médio e Ásia). A definição de estratégias de CSS em suas políticas externas é concomitante à importância que passam a desempenhar na agenda política e econômica internacional, particularmente nos processos de reforma da governança global e de reconfiguração de alianças regionais e coalizões inter-regionais.

# The money trail: ranking donor transparency in foreign aid.

Anirban Ghosh e Homi Kharas (Set. 2011)

http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X11002014

A transparência das atividades de ajuda externa tem sido reconhecida como uma das principais áreas em que a eficácia da AOD podem ser melhorada. Neste trabalho, os autores propõem um índice para avaliar e classificar os doadores quanto à transparência de suas atividades de cooperação internacional. O Índice de Transparência desenvolvido por eles classifica 31 agências doadoras bilaterais e multilaterais segundo seis medidas de transparência. Uma das descobertas deste estudo é que ser um membro da IATI (International Aid Transparency Initiative) é um forte indicador de que um doador irá revelar-se mais transparente na maioria das outras dimensões também. Nenhuma relação é encontrada entre a transparência e os volumes de ajuda externa dispensados pelos doadores. De uma maneira geral, a International Development Association e a Austrália são identificadas como os doadores mais transparentes, enquanto que a Coréia do Sul e o Inter-American Development Bank Special Fund são os menos transparentes.

# What determines the size of aid projects?

Christopher Kilby (Ago. 2011)

http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0305750X11001987

Ao longo dos últimos anos, considerável atenção tem sido dedicada à fragmentação da ajuda externa, à proliferação de doadores e de projetos nos países em desenvolvimento. A fragmentação da cooperação continua a aumentar, apesar dos esforços internacionais para promover a coordenação entre doadores. Um possível resultado da fragmentação é que os projetos tornam-se menores, o que implica em mais trabalho administrativo para os governos beneficiários, já sobrecarregados, para cada dólar de ajuda recebida. Esta pesquisa utiliza dados da plataforma AidData sobre compromissos bilaterais de cooperação, setores e agências de financiamento para explorar os fatores determinantes do tamanho dos projetos e para melhor compreender as forças motrizes da fragmentação da ajuda externa. Na medida em que o tamanho do projeto é impulsionado pela composição setorial ou propósito da ajuda, os custos administrativos associados podem ser justificados. Variações devidas a outros fatores, como, por exemplo, a estrutura administrativa de um doador, ou interesses burocráticos, constituem um poderoso argumento em favor de reformas.

# A agenda ambiental na cooperação internacional para o desenvolvimento: discutindo conflitos entre o Estado e a sociedade civil na cooperação Sul-Sul do Brasil.

Tássia Camila de Oliveira Carvalho (Mar. 2012)

http://labmundo.org/

Desde o final da Segunda Guerra Mundial, a cooperação internacionalpara o desenvolvimento (CID) encontra posição de destaque nas agendas internacionais dos países ricos, na promoção de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos países mais pobres. Mais recentemente, temos observado um período de rearticulação da CID em que países tradicionalmente receptores de AOD passam a promover cooperação como uma importante ferramenta diplomática na disputa por poder (*soft power)*,através de um modelo de cooperação mais horizontal: a cooperação Sul-Sul (CSS). Neste contexto, o Brasil desponta como um destacado ator que transita da condição de receptor para a de doador de CID. Apesar do discurso de “solidariedade”, os ganhos, sobretudo políticos, do Brasil são inegáveis: a visibilidade frente a instituições financeiras internacionais e a ascensão enquanto liderança regional estão entre os principais. Entretanto, a rearticulação e a horizontalização da CID representaram de fato uma mudança de nível estrutural, ou apenas ajudaram a reafirmar valores e padrões de desenvolvimento pautados nas mesmas perspectivas ideológicas que regem a cooperação dos países ricos? Partindo da percepção de dubiedade entre ampliação da autonomia política e reprodução da dependência, a questão ecológica não pode negligenciada do debate. Os padrões de acumulação de capital e o crescimento econômico são responsáveis por uma crise ambientalinsolúvel a curto e médio prazo. Não teriam os países pobres, principais alvos da escassez e má distribuição de recursos, um papel fundamental para ressignificar não apenas as formas de CID, mas da própria noção de desenvolvimento? Se a CSS tem se tornado alvo de interesse político e constantemente apresenta-se como dotada de uma *expertise* diferenciada, de condições menos impositivas, menos imperialistas e mais consensuadas, é do nosso interesse compreender se a lógica desenvolvimentista tende a ser superada ou reproduzida. Assim, propomos um mapeamento de políticas publicas realizadas através da CSS com foco nas questões ecológicas.

**aba CONTATO**

Esta pesquisa foi realizada por Maria Priscilla Kreitlon.

(Linkar com: <http://lattes.cnpq.br/0133016008589420> )

Caso você tenha interesse em obter maiores informações, ou queira trocar ideias sobre:

* Cooperação para o desenvolvimento
* Cooperação Norte-Sul
* Cooperação Sul-Sul
* Ecologia Política
* Justiça Ambiental Global
* Financiamento Climático

por favor, entre em contato através do e-mail **mpriscilla *at* gmail *dot* com**